



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

CAMILA TENÓRIO DE ABREU

**TORNAR PÚBLICO O QUE É PÚBLICO: UMA ABORDAGEM SOBRE DIFUSÃO
CULTURAL EM ARQUIVOS PERMANENTES**

**JOÃO PESSOA
2017**

CAMILA TENÓRIO DE ABREU

**TORNAR PÚBLICO O QUE É PÚBLICO: UMA ABORDAGEM SOBRE DIFUSÃO
CULTURAL EM ARQUIVOS PERMANENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso ou de
Graduação Bacharelado em Arquivologia
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título
de bacharela em Arquivologia.

Orientadora: Prof^a. Ma. Claudialyne da
Silva Araújo.

**JOÃO PESSOA
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A162t Abreu, Camila Tenório de

Tornar público o que é público [manuscrito] : uma abordagem sobre difusão cultural em arquivos permanentes / Camila Tenório de Abreu. - 2017.

23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Profa. Ma. Claudialyne da Silva Araujo, Departamento de Arquivologia".

1.Arquivo. 2.Arquivo permanente. 3.Difusão cultural. I.
Título.

21. ed. CDD 025.171

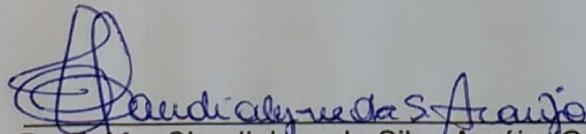
CAMILA TENÓRIO DE ABREU

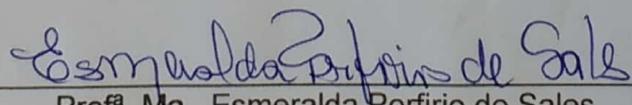
**TORNAR PÚBLICO O QUE É PÚBLICO: UMA ABORDAGEM SOBRE DIFUSÃO
CULTURAL EM ARQUIVOS PERMANENTES**

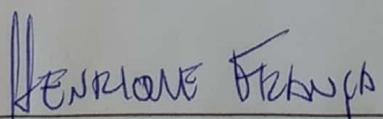
Trabalho de Conclusão de Curso ou de
Graduação Bacharelado em Arquivologia
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título
de bacharela em Arquivologia.

Aprovada em: 02/08/2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Ma. Claudialyne da Silva Araújo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a. Ma. Esmeralda Porfirio de Sales
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Henrique Elias Cabral França
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha fonte de força e amor, minha mãe,

DEDICO!

AGRADECIMENTOS

À Deus primeiramente, pois tudo acontece no tempo que ele determina, à Nossa Senhora pois sinto em todo o processo sua intercessão me trazendo paz e calma.

À minha mãe pelo incentivo e imenso apoio que tem me dado sempre acreditando no meu potencial.

Aos meus familiares que direta ou indiretamente me dão palavras de incentivo, em especial a minha prima Larissa Albuquerque por ter sempre se mostrado a disposição em me ajudar.

Ao meu companheiro de vida André Virginio por estar ao meu lado, acreditando, incentivando e sonhando junto comigo.

A professora Mara (in memoriam) que nunca me deixou desistir e iniciou esse processo de pesquisa junto comigo.

A professora Ma. Claudialyne da Silva Araújo, que aceitou ao meu pedido de orientação e me deu todo o suporte que precisei, sem nunca deixar a serenidade de lado.

A banca examinadora por aceitar o convite e fazer colocações que enriqueceram ainda mais essa pesquisa.

A todos os professores que passaram na minha jornada durante esse curso de Arquivologia e que contribuíram para minha formação.

Meu muito obrigada!

“Quanto mais se compreender que a verdadeira história de uma nação e de um povo baseia-se não em episódios e acontecimentos superficiais, mas nas características substanciais de sua organização constitucional e social, mais valorizados e preservados serão os arquivos.” (Andrews apud Schellenberg)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	08
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	08
3	CONCEITOS NORTEADORES.....	09
3.1	CONCEITO DE ARQUIVO	09
3.2	ARQUIVO PÚBLICO E PRIVADO.....	11
3.3	CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS.....	13
4	DIFUSÃO CULTURAL.....	15
4.1	DIFUSÃO CULTURAL EM ARQUIVOS PERMANENTES	15
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
	REFERÊNCIAS.....	21

TORNAR PÚBLICO O QUE É PÚBLICO: UMA ABORDAGEM SOBRE DIFUSÃO CULTURAL EM ARQUIVOS PERMANENTES

Camila Tenório de Abreu*

RESUMO

Arquivo permanente tem como funções básicas recolhimento, conservação e acesso aos documentos, ou seja, no arquivo permanente o acervo fica à disposição dos usuários externos. Outra função dos arquivos permanentes são os serviços educativos e de difusão cultural, embora tidos como secundários é o que dá caráter social ao arquivo. Essa pesquisa traz como objetivo geral abordar os serviços de difusão cultural em arquivos permanentes como ferramentas para a sociedade sobre o arquivo. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que mesmo com várias dificuldades encontradas para a implantação dos serviços de difusão cultural, ainda existem exemplos de sucesso no Brasil, e tal trabalho de difusão cultural ainda precisa ser melhor explorado no país.

Palavras-Chave: Arquivo. Arquivo Permanente. Difusão Cultural. Difusão Cultural no Brasil..

1 INTRODUÇÃO

Estamos na chamada “Era da Informação e do conhecimento” devido a ânsia em que sociedade tem buscado cada vez mais estar informada e pela rapidez em que elas chegam graças a presença das novas tecnologias. Nesse contexto, o arquivo, local de custódia e disseminação da informação, tem uma posição importante.

Os arquivos permanentes são aqueles “em que os documentos já cumpriram a sua função administrativa e, agora, tem função de prova e testemunho” (SANTOS, 2010, p.19). Tem como funções básicas recolhimento, conservação e acesso aos documentos, ou seja, no arquivo permanente o acervo fica à disposição da sociedade, dos usuários externos.

*Aluna de Graduação em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba-Campus V.
Email:tenorio.camila@gmail.com

Outra função dos arquivos permanentes são os serviços educativos e de difusão cultural. Embora tidos como secundários, são eles que dão caráter social ao arquivo. Difusão Cultural em arquivos nada mais é que a disseminação das informações contidas nele, visando atrair mais usuários.

Sabendo disso, essa pesquisa traz como objetivo geral, abordar a importância da difusão cultural em arquivos permanentes como ferramentas para a disseminação da informação e promoção do conhecimento na sociedade, e como concretização do mesmo traz os seguintes objetivos específicos:

- Discutir sobre o conceito de arquivo;
- Descrever o ciclo vital dos documentos;
- Discutir ações de difusão cultural em arquivos permanentes.

A necessidade dessa pesquisa surgiu ao observar, através de pesquisas em sites de arquivos brasileiros, que a maioria dos arquivos, não promovem atividades que divulguem os seus acervos, fazendo com que a população desconheça a sua existência e os que promovem algum tipo de atividade não divulgam seus trabalhos para o meio acadêmico fazendo com que as pesquisas relacionadas ao tema sejam escassas.

Dito isto essa pesquisa possui relevante importância para a arquivística, pois traz uma compilação sobre o tema abordado por importantes autores ajudando a futuras pesquisas na área.

O estudo é composto por cinco seções: a primeira trata-se da atual introdução e a segunda dos procedimentos metodológicos utilizados no mesmo. A terceira seção refere-se aos Conceitos Norteadores, onde encontram-se subcapítulos que tratam de um breve conceito de arquivo, diferença entre arquivo público e privado e o ciclo vital dos documentos.

A quarta seção traz uma explicação do que é Difusão Cultural e em seu subcapítulo aborda sobre a Difusão Cultural em Arquivos Permanentes, trazendo abordagens de autores como Heloísa Bellotto (2006).

Na quinta e última seção encontram-se às considerações finais desta pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para Gil (2002, p. 43) pesquisa é “o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico.” Dito isso faz-se necessário o esclarecimento do que é método. Para Marcone e Lakatos (2007) método é “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo.” Sendo esse o caminho usado para alcançar seu objetivo.

Para fazer a caracterização de uma pesquisa, vários autores trazem diversas tipologias, para esse estudo utilizou-se os conceitos de Togatlian (2010) que traz os seguintes tipos de pesquisa:

- Pesquisa bibliográfica: é a que tenta explicar um problema a partir de referências teóricas, podendo ser livros, artigos, entre outras;
- Pesquisa descritiva: essa observa os fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Pode ser dividida em: estudos descritivos, pesquisa de opinião, pesquisa de motivação, estudo de caso e levantamento;
- Pesquisa experimental: caracterizada por manipular as variáveis relacionada ao objeto de estudo, proporcionando estudos sobre causas e feitos;
- Pesquisa exploratória: é a que se familiariza com o fenômeno para obter novas percepções.

Caracterizando esta pesquisa como bibliográfica, pois fez uso de referenciais teóricos para alcançar o seu objetivo.

3 CONCEITOS NORTEADORES

Veremos alguns conceitos fundamentais para essa pesquisa, que são o Conceito de Arquivo; a diferença entre Arquivo Público e Privado Ciclo Vital dos Documentos

3.1 CONCEITO DE ARQUIVO

Existem divergências quanto a origem do termo arquivo. Alguns afirmam que surgiu do grego “archeion”, depósito de documentos; outros que provém do latim “archivum”, lugar de guarda de documentos.

A origem histórica dos arquivos está relacionada ao aparecimento da escrita, à medida que a escrita evoluía, eram aperfeiçoados também os suportes que as gravava. Na proporção que evoluía o homem e a escrita, foi surgindo a necessidade de guardar os documentos como prova dos seus feitos, funcionando como guardião de memórias surge assim o arquivo. Os arquivos mais antigos datam do quarto milênio antes de Cristo das civilizações da Mesopotâmia. (Reis Luis,2004)

Quanto ao conceito de arquivo, esse vem mudando ao longo da história de acordo com a sociedade e cada região. Segundo PAES (2007, pag.16) os arquivos eram “grandes depósitos de documentos, de qualquer espécie, produzidos pelo homem.”.

Os arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin definem arquivo em seu manual como “conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por um órgão administrativo ou por um dos seus funcionários.” O inglês Jenkinson conceitua arquivo como conjunto de documentos “produzidos ou usados no curso de um ato administrativo ou executivo de que são parte constituinte...” O arquivista alemão Brenneke traz arquivo como “conjunto de papeis e documentos que promanam de atividades legais ou de negócios de uma pessoa física ou jurídica.” Percebe-se que em cada região cria-se um termo que melhor se adequa a sua realidade e ao seu tempo. São conceitos clássicos e a partir deles foram criados outros.

Com a mudança na sociedade muda-se também a forma de interpretar o arquivo. Paes (SOUZA,1950 apud PAES,2007, P.19) diz que “arquivo é o conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização ou firma no decorrer de suas atividades.” Pode ser percebido que entre uma definição e outra aconteceram mudanças, entre elas: não vemos mais o termo depósitos, e sim conjunto de documentos, nos conceitos clássicos trazidos anteriormente eram levados em consideração apenas os documentos produzidos pelo homem, no segundo são os produzidos e recebido por um governo.

Diferenciando um pouco da definição trazida por Paes, o Arquivo Nacional (2005) conceitua arquivo como:

“Conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público, entidades privadas e pessoas físicas em decorrência de suas atividades qualquer que seja o suporte da informação.” visto que arquivo segundo esse conceito pode ser tanto entidades públicas ou privadas e também pessoa física.

Outra definição é a citada por Schellenberg, onde afirma que o arquivo é:

Como o conjunto de papéis e documentos que promanam de atividades legais ou de negócios de uma pessoa física ou jurídica e se destinam à conservação permanente em determinado lugar como fonte e testemunho do passado. (CASANOVA apud SCHELLENBERG, 2006, p.37).

Schellenberg aponta apenas o suporte papel em sua definição de arquivo, deixando de lado todos os outros suportes que existem, confirma também que para ser arquivo tem que ter valor permanente.

Os suportes representados pela a entidade produtora dos documentos estão sempre entre todos os conceitos, percebendo isso o conceito usado no Dicionário de Terminologia Arquivística define arquivo como:

1. Conjunto e documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte;
2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso (1) a documentos;
3. Instalações onde funcionam arquivos (2);
4. Móvel destinado à guarda de documentos. (DICIONARIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005 p.27).

Como pode ser notado o Dicionário aborda um pouco dos outros conceitos, aprimorando e acrescentando definições para o termo arquivo, que ele pode ser usado pra definir conjunto de documentos independente do suporte, instituição arquivística e mobiliário.

Para fazer distinção entre cada um faz-se necessário observar o contexto em que é empregado o termo. “Os arquivos são um reflexo da sociedade que o produz e o modo de interpretá-lo acompanha as mudanças que ocorrem.” é o que afirma RODRIGUES (2005, p. 3). Como a sociedade está sempre em mutação, pode-se afirmar que o conceito de arquivo também estará, não tendo assim um conceito definitivo. Conforme Schellenberg (2006) cabe ao arquivista trazer novas definições ao termo que melhor se adequa às suas exigências.

3.2 ARQUIVO PÚBLICO E PRIVADO

Os arquivos podem ser classificados segundo a entidade que o mantem, em função das características das organizações o arquivo poderá ser público ou privado.

Segundo a Lei Federal 8159/91, conhecida como Lei dos Arquivos, define arquivo público como sendo:

Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. (BRASIL, 1991).

Schellenberg (2006) traz as razões pelas quais os principais Arquivos Públicos (usados na França, Inglaterra e Estados Unidos) foram criados:

- Necessidade de melhorar a eficiência governamental;
- Valor cultural dos arquivos;
- Interesse pessoal.

Os arquivos públicos são responsáveis pelo recolhimento, preservação e acesso aos documentos dos órgãos públicos, na lei supracitada dispõe em seu artigo primeiro que é “dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos”. (BRASIL. 1991)

De acordo com a Lei Federal que garante o acesso aos documentos públicos de número 12.527/11, diz que “os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública.” (BRASIL. 2011)

O conceito de arquivo privado também está na lei 8.159, já mencionada, em seu art.11 diz que:” consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”.

Ainda falando sobre a definição de arquivo privado, vale lembrar que “temos que distinguir, de um lado, os arquivos gerados por instituições não-governamentais e, por outro, os gerados por famílias e indivíduos.” (BELLOTTO, 2006, p. 254). São os arquivos econômicos, sociais e pessoais.

Se enquadram na categoria de arquivos econômicos a documentação de empresas comerciais, financeiras ou de serviços, industriais de pequeno, médio e grande porte.

Já os arquivos sociais abrangem um grande número de arquivos importantes como afirma Bellotto (2006), se destacam os arquivos religiosos, os notariais e os de movimentos e entidades políticas.

No caso dos arquivos pessoais a sua conceituação é muito parecida com a definição geral de arquivos privados.” Trata-se de papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado”. (BELLOTTO, 2006, p. 256). Mostra que são documentos ligados a vida de uma pessoa ou família sobre o seu cotidiano, sua vida profissional e etc.

Seja os arquivos públicos ou privados tem a função de “tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda.” (PAES, 2007, p.20).

E para que o usuário tenha acesso a essa informação é preciso que ela seja tratada e organizada, visando tornar o acesso de forma rápida com qualidade e segurança.

3.3 CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS

O arquivo tem a finalidade de servir a administração e no decorrer do tempo, servir como fonte histórica (PAES, 2007). Para que seus documentos passem de administrativos para documentos históricos, eles passam por fases, é o chamado ciclo vital dos documentos. Sabendo que os documentos passam por essas fases criou-se a Teoria das Três Idades, que divide as etapas em corrente (primeira idade), intermediárias (segunda idade) e permanentes (terceira idade).

A fase corrente ou de primeira idade são compostos por documentos que estão em tramitação e que são frequentemente utilizados. “Sua utilização está ligada às razões pelas quais foram criados.” (BELLOTO, 2006, p. 24)

A administração dos arquivos correntes é assunto da maior importância para o governo, pois “a eficácia deste pode ser testada pela eficiência com que haja organizado e administrado seus documentos.” (SCHELLENBERG, 2006, p. 70) As atividades de administração de arquivos correntes são de categorias altamente especializada, afirma o autor.

No decorrer da rotina administrativa dos documentos acontece uma passagem natural de uma fase para outra, então a forma como o documento é tratado e organizado no arquivo influenciam as fases seguintes.

A segunda idade ou arquivo intermediário é composto por documentos que “ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativo, mas ainda pode ser utilizado pelo produtor.” (BELLOTO, 2006, p. 24) de acordo com a Tabela de Temporalidade, que “é uma ferramenta essencial na Gestão Documental, pois são determinados prazos para a eliminação de forma racional.”(Estado Virtual) A partir desse instrumento que determina a temporalidade dos documentos, dessa forma determinando o ciclo dos documentos, do corrente, intermediário cumprindo seu prazo de guarda para eliminação ou recolhimento para permanente

O arquivo intermediário assim concebido tem a dupla vantagem de centralizar e de administrar os documentos que perderam sua utilidade corrente para as administrações. Ele evita a eliminação descontrolada e permite uma verdadeira política de conservação dos arquivos. (PAES 2007, p.118)

Essa avaliação se dá através de uma comissão composta por, além do arquivista responsável, administradores, juristas, historiadores, com base em leis, nas normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) que estabelece orientações na funcionalidade dos arquivos.

A fase permanente ou de terceira idade composta por documentos que perderam o valor administrativo e que são conservados em razão do seu valor histórico. Essa passagem é denominada de recolhimento, ou seja, os documentos são recolhidos para o arquivo permanente onde passará a servir sociedade, seu uso será científico, social e cultural.

Cada fase são complementares como bem coloca Bellotto:

Um arquivo permanente não se constrói por acaso. Não cabe apenas esperar que lhes sejam enviadas amostragens aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem o ponto inicial ou o ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia-a-dia administrativo, além de fontes não-governamentais (BELLOTO, 2006, p. 27).

Os arquivos permanentes recebem documentos que passaram da fase intermediária, portanto se faz necessário tenha gestão documental, uma

organização que tenha relação com o meio que o produziu, Belloto (2006, p. 28) afirma que “seu conjunto tem que retratar a infraestrutura e as funções do órgão gerador”.

4 DIFUSÃO CULTURAL

Nesse capítulo será falado sobre difusão cultural, mas antes de entrar nesse assunto será necessário expor alguns conceitos que perpassam sobre o tema, como o conceito de cultura.

O conceito de cultura é um dos principais para a Antropologia, pois ela se constituiu como ciência quase somente em torno desse conceito. Os conceitos de cultura são múltiplos e às vezes contraditórios. (SILVA; SILVA, 2006)

Santos (2006) diz que existem duas concepções básicas para se entender cultura: a primeira remete aos aspectos sociais e a segunda ao conhecimento, às ideias e a crença de um povo.

Um estudioso brasileiro define cultura a partir da linguística e da etimologia da palavra:

Cultura, assim como culto e colonização viria do verbo latino colo que significa eu ocupo a terra. Cultura, dessa forma, seria o futuro de tal verbo, significando o se vai trabalhar, o que se quer cultivar, e não apenas em termos de agricultura, mas também de transmissão de valores e conhecimento para as próximas gerações. (ALFREDO BOSI apud SILVA; SILVA, 2006)

Nesse sentido, Silva e Silva (2006, p. 2) citando Bosi afirma que cultura “é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social.” Esse conceito se aproxima muito ao ato de educar, transmitir conhecimento.

Nesse mesmo contexto entra o termo difusão, que significa divulgação; ação de tornar conhecido pelo público, esse termo provem do latim *diffusio* (Dicionario online).

Sabendo disso temos o termo difusão cultural que pode ser entendido “como sendo o processo de propagação de elementos de uma cultura para outra, encontrando no contato o fator indispensável para essa dinâmica.” (UETA, 2017, p.1)

4.1 DIFUSÃO CULTURAL EM ARQUIVOS PERMANENTES

Foi dito que nos arquivos permanentes estão aqueles documentos que não tem mais valor administrativo que já cumpriu sua representação administrativa, o motivo pelo qual foi criado, mas devido ao seu valor histórico ele é recolhido e preservado. São considerados documentos de guarda permanente, para o Arquivo Nacional brasileiro (apud Belloto,2006, p.122) “os de valor probatório com relação a direitos, tanto de pessoas físicas ou jurídicas, quanto de coletividades, e os de valor informativo sobre pessoas, fatos, ou fenômenos cuja memória, em termos históricos seja considerada relevantes.”

Belloto (2006, p.25) afirma que os arquivos permanentes são matéria-prima da história, pois podem ser encontrados lá documentos que tratam do direito e dever do Estado para com a sociedade e vice-versa. São apenas “dados” até que a pesquisa os resgate, transformando-os em “informações”, a partir disso fazer sua análise, crítica.

Nos arquivos permanentes estão a memória da instituição e também da população em que aquele arquivo está inserido.

A sociedade encontra informações que retratam sua origem, história, e sua cultura. Estes arquivos permanentes assumem o papel de guardiões da memória, com a missão de preservar e transmitir a memória documental, constituindo-se em uma fonte de informação e conhecimento para a população. (FERREIRA, 2016, p 16)

Essa ligação que a sociedade pode encontrar no arquivo é o que Halbwachs em seus estudos traz como sendo o caráter social da memória. A sociedade tem necessidade do registro dessa memória, essa necessidade de registro é o que Pierre Nora chama de lugares de memória, ele diz que esses lugares são simultaneamente material, simbólico e funcional, e que só será considerado um lugar de memória se existir uma aura simbólica (FELIX, 1998, p.53), ou seja, um sentimento de pertencimento.

O arquivo permanente é um lugar de memória, importante fonte de informação e precisa ser mais explorado pela sociedade e divulgado para elas, que muitas vezes nem sabem que perto de suas casas tem um arquivo. Sabendo dessa falta de informação que a sociedade tem em relação aos arquivos que se faz necessário o trabalho de divulgação que aproxime arquivo e sociedade.

Os arquivos tem como funções principais custódia, gestão e preservação documental a fim de servir a instituição, o cidadão e o historiador. Mas existe outra função que, embora secundária, é o que dar o caráter social ao arquivo, são os serviços educativos e de difusão cultural (CABRAL, 2012).

Embora vista como secundária, o serviço de difusão deve ser colocado entre as prioridades de um arquivo, pois só através desse serviço que a sociedade conhece o patrimônio documental, da visibilidade as fontes, tornar público o que é público. (BARBOSA; SILVA, 2012).

Cabem aos serviços de difusão cultural duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo. (BELLOTO, 2006, p.228)

Essas duas vias de atuação supra citadas são importantes tanto para o arquivo como para a sociedade, pois ao passo que mostra a riqueza documental do acervo de um arquivo, traz o usuário para dentro do arquivo, dá a ele acesso a informação.

Belloto fala ainda que o arquivo é a “consciência histórica” da administração e se soubermos utilizar o potencial do acervo, esse, pode ser também a consciência da sociedade, pois ali se concentra “os dados que informam e definem a comunidade em que vive e sua própria atuação nela” (BELLOTO, 2006, p. 230).

Alguns arquivos no Brasil promovem em suas dependências lançamentos de livros, palestras, seminários, entre outros. Porém, os serviços de difusão cultural e ação educativa ainda têm sido pouco explorados, muito mais poderia ser feito se compararmos com o que é feito em países como a Rússia, Estados Unidos e Espanha e França.

No caso dos arquivos franceses as atividades de serviços educativos, como mostra Belloto (2006, p.235) são:

1. Visitas: são organizadas pelo arquivista, mostrando todo o caminho do documento, incluindo o processo técnico.
2. Aula de história no arquivo: o tema é escolhido pelo professor e pelo arquivista e os documentos são previamente selecionados.
3. Atendimento de alunos isoladamente ou em grupos: O arquivista é o elo entre o jovem e o instrumento de pesquisa.

4. Concurso Jovem Historiador: concurso anual entre estudantes de 14 a 19 anos, devem trabalhar um tema dado usando principalmente os documentos do arquivo.
5. Divulgação de reproduções de documentos e publicações: reúnem material didático no arquivo e apresentam em várias escolas, como exposições itinerantes.
6. Exposições de originais no recinto do arquivo: exposições mais gerais, para a comunidade.
7. Atividades diversas: ir junto com alunos buscar documentos familiares ou em estabelecimentos comerciais.

No Brasil existem alguns exemplos de sucesso no que se refere a difusão cultural, é o caso do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Lá existe o Centro de Difusão e Apoio a Pesquisa, são desenvolvidas as estratégias de promoção do acesso aos documentos para os que já conhecem o arquivo e para quem nunca entrou em um. São realizados publicações de livros, catálogos, periódicos, oficinas pedagógicas, visitas. O Arquivo Público de Belo Horizonte(Ribeiro,2012) também oferece serviços de difusão como: palestras, exposições, publicações voltadas para diferentes públicos de cunho educativo.

Como já disse, muito poderia ser feito, mas devemos frisar que ações educativas devem ser realistas, por isso devemos levar em consideração as condições adversas tanto dos arquivos brasileiros, como das escolas. Mas não significa que devemos desanimar diante das dificuldades, pelo contrário, a ideia de abrir os arquivos para os estudantes deve permanecer, precisamos integrar o arquivo com as escolas. Abrir os arquivos para um novo público “pode propiciar benefícios didáticos surpreendentes” (BELLOTO, 2006, p. 230).

Por meio de atividades pedagógicas e culturais Barbosa e Silva (2012) afirmam que o Arquivo Público de São Paulo vem conseguindo difundir a importância da instituição para a preservação de parte de sua história e divulgar as potencialidades do acervo, transformando assim, o arquivo em uma ferramenta a serviço e à disposição da comunidade.

Bellotto para defender essa relação entre o arquivo e a educação cita:

O desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo; são igualmente importantes: o reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fonte educativa e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas. (PAYNE apud BELLOTTO, 2006, p. 230)

Ou seja, reconhecer o valor dos arquivos como fonte educativa e fazer de acordo com a realidade de cada arquivo um programa de assistência educativa que traga esse público para o arquivo e que também leve o arquivo para a sala de aula. Para Cabral (2012, p. 58) “a fonte educativa propiciada pelo arquivo pode ser uma grande aliada no processo pedagógico das escolas”.

Os arquivos que vem conseguindo fazer a difusão cultural conseguem notar, “por um lado, a consolidação de cidadania aos estudantes e por outro lado conseguindo construir um maior entendimento, junto às autoridades e à população do real papel que devem ter os arquivos públicos.” (BELLOTTO, 2002 p. 17).

O arquivista entra com um papel de agente cultural, no sentido de promover o arquivo, de criar projetos e iniciativas. No caso de ações educativas o arquivista vai trabalhar em conjunto com o professor, Belloto (2006, p. 232) apresenta o exemplo do que acontece em Frankfurt, os estudantes são levados a visitas nos arquivos guiados pelo próprio arquivista, já em Sturttgart e na Inglaterra o professor é quem guia os alunos.

Antes de fazer a visita deve haver uma conversa prévia entre professor e arquivista para escolherem o melhor método para ambos e que facilite o aprendizado dos alunos. “Arquivistas e educadores não devem permitir que a colaboração entre eles se esvaia diante das primeiras dificuldades.” (BELLOTTO, 2006, p. 245) Devem se manter perseverantes, lembrando das possibilidades pedagógicas do arquivo.

Vale lembrar que as colaborações de outros organismos culturais e pedagógicos são muito importantes, como os museus, bibliotecas, centros de documentações, universidades, escolas, instituições ligadas ao turismo cultural.” É possível que arquivo, biblioteca e museu trabalhem juntos também em operações de marketing comuns, procurando atingir não só os seus usuários, mas também atraindo novos interessados.”(BELLOTTO, 2002, p. 22) Criando convênios, atividades e co-produções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi trazido nesta pesquisa, a difusão cultural é um processo que visa propagar os elementos do arquivo, proporcionando um engajamento entre a sociedade e o arquivo. Embora essa prática seja colocada como secundária, ela deve ser incluída como uma das prioridades do arquivo, pois é através dela que a sociedade conhece seu patrimônio documental.

Conclui-se que os serviços de difusão cultural no Brasil ainda precisam ser melhor trabalhados, tendo em vista as condições dos arquivos brasileiros, as dificuldades financeiras encontradas para implantar um projeto de difusão, a falta de políticas públicas. Mesmo com várias adversidades podem ser encontrados exemplo de sucesso no Brasil, como em São Paulo e em Belo Horizonte, espera-se que não se resuma a esses, mas devido a poucas publicações na área referente ao tema desta pesquisa, foi encontrado dificuldades em achar outros exemplos.

É necessário que diante dessa empreitada que é a conscientização de agentes público e dos próprios funcionários do arquivo sobre a sua importância como fonte de pesquisa, o arquivista seja persistente diante das adversidades que com certeza aparecerão.

Trazendo para a realidade em que me encontro como pesquisadora na Paraíba, esses serviços de difusão cultural são quase inexistentes. Tendo em vista que o município de João Pessoa não tem um arquivo e as documentações que deveriam estar centralizadas em um arquivo permanente, estão fragmentadas, presenciamos um grande risco de que a memória documental da cidade se perca.

É preciso que arquivistas, historiadores se unam para mudar essa realidade encontrada principalmente na Paraíba, lutar por políticas públicas que integrem os arquivos, que mostrem suas potencialidades e deem a população o direito de, de fato conhecerem seu patrimônio documental.

Tornar de fato público o que é público, esse é o objetivo da difusão, seja com serviços culturais, editoriais e educativos trazendo os benefícios para o arquivo e para a sociedade.

ABSTRACT

Permanent archive has as basic functions collection, conservation and access to documents, that is, in the permanent archive the collection is available to external users. Another function of the permanent archives are educational services and cultural diffusion, although considered as secondary is what give social character to the archive. This research has as general objective to approach the services of cultural diffusion in permanent archives as tools for the society on the archive. Methodologically it is a bibliographical research. It was concluded that even with several difficulties encountered for the implementation of cultural diffusion services, there are still examples of success in Brazil, and this type of cultural diffusion still needs to be better explored in Brazil.

Keywords: File. Permanent Archive. Cultural Diffusion. Cultural Diffusion in Brazil .

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº8.159, de 08 de Janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.** Brasília, 8 de Jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm> Acesso em: 05 de Jun. 2017.

BRASIL . Lei nº12.527, de 18 de Novembro de 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.** Brasília, 18 de Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em: 10 de jun. de 2017

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2005.

BARBOSA, Andrea Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber. **Difusão em Arquivos:** Definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do estado de São Paulo. Acervo, Rio de Janeiro, v25, n1, 2012.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental. 4ª ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

_____. **Como Desenvolver Políticas de Ação Cultural e Educativa em Arquivos.** Associação dos Arquivistas de São Paulo: projeto como fazer, 2002.

CABRAL, Rosimere Mendes. **Arquivo como Fonte de Difusão Cultural e Educativa**. Acervo, Rio de Janeiro, v 25, n1,p 35-44, 2012.

Estado Virtual. **O que é Tabela de Temporalidade?** Disponível em: <https://www.estadovirtual.com.br/o-que-e-a-tabela-de-temporalidade> Acesso: 07/08/2017.

FERREIRA, Pereira Emmanuele. **Difusão Cultural no Arquivo Permanente do Tribunal de Regional Eleitoral da Paraíba**. João Pessoa:UEPB,2016.

FELIX, Loiva Otero. **Memória e História: a problemática da pesquisa**. Rio Grande do Sul, UPF, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALBWACKS, Maurice. **A memória coletiva**. Edições Vétice, Editora Revista dos Tribunais LTDA,1990.

REIS,Luis. **O ARQUIVO E A ARQUIVISTICA EVOLUÇÃO HISTÓRICA**.Évora,2004. Disponível em: <http://www.ilustrados.com/tema/5566/arquivo-arquivistica-evolucao-historica.html> Acesso em: 23 Mar. de 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ORIGEM DA PALAVRA ARQUIVO. Disponível em: <https://olhararquivistico.blogspot.com.br/2011/09/origem-da-palavra-arquivo.html> Acesso em: 23 Mar. de 2017.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RIBEIRO, Raphael Rajão; TORRE, Michelle Marcia Cobra. Educação patrimonial e ensino de história em instituições arquivísticas: ações educativas no Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, 2012.

SANTOS, Jose Luiz dos. **O que é cultura?** Editora Brasiliense, São Paulo, 2006.

SANTOS, Thais Hellen do Nascimento. **Informação e etnia: difusão cultural e ações educativas sobre a cultura africana no Arquivo Histórico da Paraíba**. João Pessoa: UEPB, 2010.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução: Nilza Teixeira Soares, 6. ed, Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. Revisada e atual, São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Isadora Rolim. **De tijolo em tijolo**: a construção de uma proposta de expografia como ferramenta de difusão da informação do Sebo Cultural a partir do seu acervo fotográfico. João Pessoa: UEPB, 2014.

SILVA, Vanderlei Kalina; SILVA, Maciel Henrique. **Cultura**. Dicionário de Conceitos Históricos, São Paulo, 2006.

SIGNIFICADO DE DIFUSÃO. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/difusao/>
Acesso em: 30 Mar. de 2017.

TOGATLIAN, Marco Aurélio. **Caracterização da Pesquisa**. Disponível em:
<http://www.togatlian.pro.br/docs/pos/unesa/tipos.pdf> Acesso em: 10 Abr. de 2017.

UETA, Wandson. **UMA REFLEXÃO SOBRE A GLOBALIZAÇÃO E A DIFUSÃO CULTURAL**. Disponível em: <http://webartigos.com/artigos/uma-reflexao-sobre-a-globalizacao-e-a-difusao-cultural/75766> Acesso em: 30 Mar. de 2017.